



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 21

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 03-07-2002

Aos três dias do mês de Julho de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, António Fernando Ribeiro Martins, José da Cruz Costa, Maria Ivone Moreira Silvério de Abreu Lopes, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Simões Dias, António do Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Henrique Manuel Morais Diz e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, e os Vereadores Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe. O vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e o Vereador Manuel Fernando Ferreira Rodrigues entraram na sala às 21:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição, nesta reunião, dos Vogais, Maria Teresa Fidélis da Silva por António Fernando Ribeiro Martins; Nuno Rosa da Silva Barata por Maria Ivone Moreira Silvério de Abreu Lopes, Maria da Conceição Seixas de Almeida por Vítor Manuel Simões Dias e António Manuel dos Santos Salavessa por António Manuel Pinho Regala.

Ainda nos termos da legislação em vigor, nesta reunião, os Presidentes de Junta Manuel Júlio Braga Alves e Armando Manuel Dinis Vieira, fizeram-se substituir, respectivamente, por Fernando Manuel Teixeira Alves e Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

PONTO 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Deram entrada na sala os Vogais Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Vítor Manuel Santos Marques).

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção:

“A propósito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que eu li com muita atenção, fiquei e permita-me Senhor Presidente da Câmara que faça um reparo a uma omissão que penso que era importante tratar, até porque a matéria foi uma matéria bastante discutida. Andou-se a discutir durante muitos anos ou alguns anos, e só agora foi aprovada e foi aprovada nas condições em que todos sabemos que foi aprovada e refiro-me concretamente à tabela de taxas e licenças, e tinha cabimento – no meu entender, para uma matéria que foi tão discutida, que mereceu tantos reparos, penso que merecia na intervenção do Senhor Presidente uma referência no sentido de vir esclarecer esta Assembleia Municipal se houve maior número de licenças de construção passadas, se houve uma maior receita, para que a Assembleia possa em consciência ficar tranquila com a sua própria consciência, de acordo com o que cada um votou. E eu acho que nós merecíamos e a intervenção do Senhor Presidente, por causa da maneira como foi tratada a discussão e a aprovação desta tabela de taxas e licenças, acho que merecia. Este é um reparo.

Depois quanto à capacidade de endividamento, Senhor Presidente, mais uma vez eu refiro que os números que o Senhor Presidente trouxe aqui a esta Assembleia Municipal, referia uma capacidade utilizada em cerca de 28%, não são essas as contas que pelos seus próprios números, e que eu não quero contestar, no serviço de dívida que para mim não é este, anda na ordem e nas minhas contas e eu fiz esta referência na última Assembleia Municipal, de cerca de 40%. Não é que daqui venha grande mal ao mundo, mas na verdade não são 28%, são 40% e é bom que a gente comece a saber com conhecimento de causa os números exactos e precisos para sabermos o que é que andamos aqui a fazer.

Quanto à contenção de despesas que o Senhor Presidente fala aqui. Eu tive dois momentos ao ler a sua intervenção: um momento de alegria e um momento de tristeza.

O momento de alegria, por ver que efectivamente em relação à matéria orçamentada, estamos somente com 15% do grau de realização. O que me permite pensar que efectivamente temos consciência do problema que existe e portanto, há aqui já um objectivo de não atingir um grau de concretização porque temos que pensar que estão seis meses decorridos, metade do ano, e é cerca de 15% que está, pelos números que o Senhor Presidente aqui dá.

Portanto, se perspectivarmos isto, se extrapolarmos isto para Dezembro, chegaremos ao fim de Dezembro com 30% de grau de concretização, o que para mim sinceramente é capaz de ser uma boa notícia, atendendo ao deficit da Câmara, da maneira como ele se encontra.

E a propósito da contenção. Chegou-me uma notícia que tive até que fazer uma figura um bocado triste. No dia 29 de Junho deste ano, depois do Senhor Presidente da Câmara ter anunciado as medidas de contenção, a Associação do Sindicato dos Bancários quis fazer um passeio pela Ria utilizando os barcos moliceiros da Câmara e os transportes e a lancha da Transria. E garantiram-me que, efectivamente, o custo dessas viagens foi zero!? A Câmara não cobrou um centavo! Bom, eu disse que não podia ser, que todos os tostões são precisos ao município, a situação não é boa, e eu não acredito que o Senhor Presidente...a mim garantiram-me que sim senhor, efectivamente... e até depois me explicaram mais Senhor Presidente!

Bom, isto foi-me dito por uma pessoa e depois foi-me confirmado pelo concorrente também, e aqui eu acabei até por lhe dar o benefício de outros interesses, mas na verdade tenho que lhe prestar justiça, porque se a Câmara está a fazer isso; está a fazer concorrência desleal no máximo! Porque está a permitir ou a possibilitar passeios a custo zero, quando tem uma empresa que muito bem se dignou arriscar o seu investimento, o seu capital, para permitir que os aveirenses e os visitantes de Aveiro pudessem começar a conhecer as maravilhas da Ria e acabam efectivamente por chegar ao fim do ano e não se vê compensado.

E depois vi também no jornal, que os moliceiros da Câmara parece-me que não estão legais e que parece-me que foram licenciados não como barcos para passeios turísticos (não sei se é esta a classificação), mas barcos de lazer. Na verdade se é de recreio não podem cobrar dinheiro – no meu entender; se é para lhe dar outro destino e eu penso que sim, até porque a Câmara não está vocacionada para esse facto, há que fazer um concurso, entregar os moliceiros, entregar também a uma outra empresa para que hajam empresas a explorar essa actividade e não a Câmara, porque não lhe reconheço o mínimo de vocação para esse efeito. E depois pode dar origem a que hajam umas pessoas que sejam amigas, são tratadas de uma maneira, outras que não sejam amigas serão tratadas de outra maneira. E aqui, casos iguais soluções iguais, penso que será o ideal. Muito obrigado”.

(Deu entrada na sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo).

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)

▲

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção:

“Esta comunicação refere-se naturalmente a um período relativamente curto e eu vou falar mais até sobre as omissões, porque na sequência das múltiplas comunicações que já vêm sido feitas neste mandato, não se vê nada sobre determinados aspectos que eu vou aqui referir. Portanto, eu é mais para falar das omissões desta Câmara do que propriamente aquilo que aqui consta e a meu ver é pouco. Sobre o que consta, o Senhor Presidente da Câmara alude na comunicação, situações de incumprimento de contratos e incumprimentos de contratos alguns deles muito importantes, e parece que se vangloria por ter afinal conseguido, o rompimento, ou aquilo que estava contratado, atribuindo à contraparte a culpa pelo incumprimento.

Eu tenho-me questionado sobre isto e penso que os aveirenses têm feito, têm procedido da mesma maneira e se não o fazem, devem reponderar essa situação.

Quando, um ente público como é a Câmara ou como seja qualquer autarquia, designadamente o município através da Câmara, o Estado ou uma grande empresa contrata, tem que ter critérios quanto à escolha da outra parte. E por isso até, é sabido que em boa gestão, o que não é o caso desta Câmara, às vezes até se adjudica obra a quem leva mais caro. Portanto, há que fazer, quando se trata de grandes empreendimentos, como é isto da concessão do parque Marquês de Pombal, como é o caso do cinema aveirense, como é o caso de Esgueira, aqui referido na comunicação.

Há que fazer um estudo. Isto não pode ser feito de ânimo leve, não pode ser feito gratuitamente e como se diz – e peço desculpa pelo termo, “à balda”. Quando se contrata com um empreendimento destes, é preciso que a Câmara se empenhe, que tirem informações que façam o estudo económico através de pessoas com conhecimento de causa e que diga se caminha ou não em trilho seguro, para que tenha êxito os seus contratos. Porque se a Câmara vai contratar, por quem à partida não merece credibilidade ou não deva merecer credibilidade, está claro que se arrisca e quando o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia aqui nos chega e nos diz: afinal isto está parado a culpa é do empreiteiro! Eu digo – há culpa também da Câmara e temos que reconhecer isto. E portanto, a Câmara tem de dar a mão à palmatória, não se pode sair deste desaire, que é um desaire afinal em que estamos todos metidos, dizendo que a culpa só pertence o outro. Portanto, há aqui uma culpa que deve ser repartida com a Câmara, e mais até da Câmara.

Eu quando vou contratar com alguém se quer uma obra em qualquer sítio, arranjar sei lá uma janela, eu não vou fazer esse contrato com alguém que não me mereça credibilidade, que saiba que não me vai por a janela a tempo ou porventura não ma vai colocar. Portanto, culpa aqui é da Câmara.

Mas o Senhor Presidente, vai-nos habituando esta... dá-nos a impressão que o Senhor Presidente está com o pé a resvalar para a saída e às vezes eu noto isto com inscrições político/partidárias num período digamos de pressão, quando se diz assim: não se espera nada desta inscrição de militância. O Senhor Presidente vai-nos habituando a isto, quer dizer, dá a impressão que isto é coisa que vai sendo alheia, o Senhor Presidente tem uma mira, tem um fundo, tem um objecto qualquer que já não é bem de Aveiro!

Quer dizer, eu no outro dia pasmei e fui daqui e até perdi algumas horas de sono, devo dizer, fiquei a pensar nisso, quando o Senhor Presidente diz assim: em Aveiro hoje há uma crise de assaltos. Não há segurança, as casas são assaltadas...., e o Senhor Presidente nessa sua postura ou atitude demissionária e resvalante já para qualquer coisa que já não tem a ver com Aveiro, diz: isso é com as polícias, não é nada comigo! Ó Senhor Presidente, mas afinal quem é que representa os aveirenses? Diga-me lá Senhor Presidente? Sou eu Jorge Nascimento, se não tiver a voz de membro desta Assembleia, que é a única voz que eu tenho, que devo ir às instâncias dizer assim: pois tragam mais policias! Esta semana, foram assaltados aí escritórios, estabelecimentos, isto está num grava-me, num crescendo que é preocupante, mas pelos vistos Senhor Presidente só nos diz – isso não é connosco, isso é com as polícias! Ó Senhor Presidente, sabe o que é que o Senhor deve fazer??? É o seguinte: deve fazer aqui uma petição, encaminhar o problema para quem tenha mando nas polícias. Policias para Aveiro! Mas o Senhor Presidente não quer saber disso e nós ficamos preocupados. Mas Senhor Presidente, queira saber porque é do seu ofício neste momento.

Outra questão: o que é que de interesse está a fazer a Câmara nisto da reabilitação da construção urbana (casas velhas)? O que é que esta Câmara está a fazer? Preocupa-me sinceramente, passo todos os dias no edifício que estão a fazer, que estão a construir agora, gostava de saber – isto não é particularizar, mas eu gostava de saber o que é que a Câmara tem de definido nisto de recuperar este património e de não o deixar perder; duas vertentes: o que é que em termos sistemáticos e da organização e digamos assim, de normativo, de

maneira de fazer e como está a pensar fazer, pode até nem ter escrito, mas há-de ter ideias e eu gostava era de saber isso. Não é o que acontece com esta concessão ou outra, isso dá-nos só indícios de que não estará a fazer nada. Interessava-me era saber o que é que tem definido. E então o exemplo que eu tiro para esta minha preocupação, é este: ali atrás do edifício Veneza, está uma obra que teve durante muito tempo uma protecção para manter lá uma azulejaria – as quatro estações. Agora aquilo não aparece já, desapareceu. O que é que o Senhor Presidente tem definido para isto? Já não está lá... vão abrir uma rua e ao que parece sem respeito pelo ângulo dos 45° (cone de sombra). O cone de sombra parece que não é respeitado naquilo! É preocupação de várias pessoas. Os afastamentos das servidões de vistas segundo as regras que existem na Câmara, parece que também não estão a ser respeitados. Bem, interessa-me saber neste caso, não é pelo caso em si como disse, é pela postura que a Câmara tem em relação a isto. E sobre este assunto fico-me por aqui.

Para terminar queria colocar uma questão que foi aqui trazida e que eu tinha anotada já, sobre as BUGAS. O Senhor Presidente pelos vistos – a Câmara, já está a arrepiar caminho quanto a isto das BUGAS. Começa a ter preocupações e nesta onda de contenção, isto lá do folclore pelos vistos está para terminar. E eu queria saber, o que é que a Câmara está a pensar fazer às BUGAS? Se de facto pensa nessa concepção? Se de facto pensa acabar com as BUGAS de vez? Mas ficará comprometida, se calhar não tem essa coragem e dizer que as pessoas andem na sua bicicleta ou arranjem a sua bicicleta, se procura rentabilizar como pode e a meu ver, deve – porque os compromissos não são para se deixar a meio. Portanto, o que é que concretamente o Senhor Presidente neste contexto de contenção, pretende fazer concretamente com o caso das BUGAS. Se concessão, se manutenção da inoperância em que até agora têm estado? As bicicletas têm andado, mas têm custado couro e cabelo e o Senhor Presidente contrabalança, e eu estou a pensar com que coragem é que esta Câmara pode chegar ao cidadão em geral, que anda na sua bicicleta e faz muito bem, dizer-lhe assim: eu vou-lhe aumentar a água. Água que já está caríssima e é das poucas coisas que dá lucro aqui. Portanto, vai fazer crescer o lucro. Um destes dias os cidadãos vão ter um aumento da água e ao mesmo tempo, vêm andar aí carrinhas atrás de bicicletas sem corrente, as manetas para um lado, os pedais para outro, num gasto infindo que nos consome os cofres e porventura se calhar se o Presidente trouxesse aqui os custos das BUGAS, provavelmente nós poderíamos aqui dizer – olhe Senhor Presidente, poderá minorar o tarifário da água que pretende aumentar “x”, mas o Senhor Presidente teima em não trazer aqui as contas de quanto nos tem custado essa aventura. Muito obrigado”.

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção:

“Em primeiro lugar gostaria de falar no célebre plano de reequilíbrio da Câmara. E falou aqui já o meu colega de bancada, o Dr. Jorge Nascimento, acerca da água, e eu falava da água e do saneamento. Uma das medidas do aumento das receitas e na altura disse-se nesta Assembleia, que este executivo propõe é um aumento das tarifas! Sabe V/Exa., e mérito jurista que é, que a tarifa não pode, não deve em lugar nenhum no mundo muito menos em Aveiro, dar lucro. A tarifa é o que o cidadão paga por um serviço que a autarquia presta. Não tem que dar lucro! A taxa sim. Até aí a Câmara tresleu em minha opinião; mas tresleu ainda de outra maneira, é que o Senhor Presidente esqueceu-se de dizer a esta Assembleia que em 28 de Março deste ano, o Senhor Engenheiro Canas – Administrador Delegado dos Serviços Municipalizados, foi à reunião de Câmara explicar os aumentos das tarifas que iriam entrar em vigor já no dia 1 de Abril. Não é mentira é verdade, entraram pouco depois

do dia um de Abril, exactamente para que não fosse mentira, e então já altura, ou seja, há três meses atrás a tarifa da água subiu quase dois por cento (1,92%), a tarifa do saneamento subiu pela disponibilidade do sistema 2,73%, e pela utilização do sistema 6,67%. Ou seja, esta Câmara prepara-se – e isto tem que ser denunciado, para em menos de três meses subir duas vezes o preço da água e do saneamento neste concelho. E depois digam que não são os municípios que pagam a crise.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, a POLIS e o Mercado Manuel Firmino ou Mercado do Peixe. Temos um ponto específico desta ordem onde discutiremos essa situação, nomeadamente em relação ao Mercado Manuel Firmino, mas apenas queria deixar esta nota para que se entendesse ou se começasse a entender qual será a nossa posição nesse ponto. O Mercado do Peixe e a actuação da Câmara na transferência, na instalação de um pavilhão provisório a pouco menos de cem metros das instalações antigas que agora entraram em obras, para nós bancada do CDS, faz jurisprudência, ou seja, todos devem ser tratados de forma equitativa. Para situações iguais, soluções iguais, como disse e muito bem o meu colega de bancada, Senhor Santos Costa. Portanto, estaremos atentos e a alerta.

Seguidamente vou abordar um assunto por demais debatido nesta Assembleia, por nós aqui trazido e nunca aqui respondido pela Câmara municipal.

E eu passava já, e para não esgotar os dez minutos vou mostrar uma fotografia que atesta claramente, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente pretendeu fazer passar na minha intervenção, de que efectivamente o “Retail Park” já abriu. Na fotografia pode ver uma das lojas com gente a entrar... o “Retail Park” já abriu. Portanto aqui e agora, agora com provas, pergunto-lhe: onde está e se nos pode trazer na próxima reunião da sessão ordinária de Junho desta Assembleia, o processo de contra-ordenação que a Câmara municipal de Aveiro já instaurou ao “Retail Park” ou à “Capital Invest”, aos donos deste empreendimento que ali está? Portanto, abriu como o Senhor Presidente vê e é preciso que esta Assembleia saiba como é que a Câmara está a agir em relação a irregularidades como esta. É preciso que se veja aqui o processo de contra-ordenação.

Em segundo lugar e entrando nas contrapartidas que eu creio o “Retail Park” ter dado ao município, esta (fotografia que vos apresento), é uma das mais brilhantes. Podemos ver a rotunda, quem passa a ponte de acesso à zona industrial vindo do IAPMEI (os Senhores têm dificuldade em vê-la pois têm), a rotunda está descentrada, está em cima do “Retail Park”, exactamente para que as pessoas possam e devam transitar pela direita e dar de caras com o dito cujo empreendimento. Está obviamente desenquadrada a rotunda. O Senhor vê a avenida principal da zona industrial e vê também claramente a rotunda deslocada, deslocalizada em relação ao eixo da Avenida. Isto é claro e é óbvio.

Nesta outra fotografia podemos ver a avenida principal da zona industrial de Taboeira. Esta é uma inovação – e agora já, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, se pode também para a próxima reunião trazer a esta Assembleia o projecto de remodelação ou de intervenção da Câmara Municipal na rede viária da zona industrial de Taboeira. É preciso que este projecto venha aqui a esta Assembleia, porque coisas destas não podem mais acontecer, sobretudo na nossa maior zona industrial. Duplicou-se o número de baixas, iluminou-se lugares de estacionamento – que existiam, e dificultou-se como se pode observar pela fotografia, o acesso de camiões pesados que por acaso circulam numa zona industrial. Que chatice, circulam numa zona industrial! Dificultou-se o acesso dos camiões pesados nomeadamente, às empresas que se instalaram há anos e com sucesso - diga-se - na margem desta grande avenida da zona industrial de Taboeira. É preciso que o Senhor Presidente tenha a clara noção de que nós também sabemos que esta intervenção está a ser feita sem o conhecimento da Câmara; sem a fiscalização da Câmara; e por obra e graça, única e exclusivamente do empreendedor, Senhor Presidente da Câmara. Ou seja, do dono do

““Retail Park””. A Câmara não tem o processo de remodelamento das redes viárias porque houve quem telefonasse para a Câmara e perguntasse, e a resposta foi clara e textualmente: “- não nos diz respeito, está ao abrigo do protocolo entre o “Retail Park” e a Câmara Municipal de Aveiro. A Câmara não tem conhecimento do que se está a fazer lá!...” Foi questionada a Câmara Municipal de Aveiro por mais do que um munícipe e por mim próprio, acerca do tracejado a implementar nas vias — e a Câmara não sabe porque esse é um projecto que está na mão do “Retail Park”! Portanto, o dono do “Retail Park” fará aquilo que quiser — como se pode ver que fez — alargou a estrada até à entrada de estabelecimentos comerciais (como se pode ver na fotografia, ali é a entrada de um estabelecimento comercial, mas há mais situações destas), correndo o risco de qualquer pessoa que saia do café que está ali ser colhida — passe a similitude com as corridas de touros, não se trata de nada disso. Mas ser colhida por algum veículo conduzido por alguém menos incauto e com mais velocidade. Aliás a duplicação de faixas induz claramente o condutor a andar muito mais depressa — como é óbvio.

Depois Senhor Presidente e Vereador do Pelouro, a sinalização é magnífica... As tampas de saneamento estão assinaladas como o Senhor vê nesta fotografia! Algumas das sarjetas estão tapadas como o Senhor também sabe — ou não sabe? Tenho a certeza que não sabe. E provoca situações destas; e isto é para culminar. Como se pode observar na fotografia, que tenho a certeza que o Senhor sabe ou então não sabe e se não sabe é grave!? A Câmara de Aveiro, por omissão ou por demissão ou por ignorância ou por desconhecimento do processo, permitiu que o dono do empreendimento do “Retail Park” comesse terreno a uma propriedade privada. Há aqui invasão de propriedade privada! E por desconhecimento do processo a Câmara de Aveiro está já em Tribunal por causa desta situação. E sei que é verdade Senhor Presidente, porque já vi a queixa e já vi a acção. E o Senhor vê tão claramente, olhando ali para a fotografia, que ali existia um muro. Como se pode ver pela fotografia (isto é perto da fábrica da resina, ali existia um muro quase encostado ao poste que na fotografia se vê. E neste país vê-se muita coisa, mas não se costuma ver muitas vezes postes no meio de vias rápidas com duas faixas para cada lado!? Há claramente aqui um processo de má intenção de quem cá investiu. Há claramente aqui que ser denunciado, que se isso são as contrapartidas que o “Retail Park” trouxe para Aveiro, Senhor Presidente passávamos bem sem elas! Sobretudo a Câmara tinha a obrigação de saber que isto estava a acontecer e de impedir que isto estivesse a acontecer. Como tinha obrigação de saber que aquilo ia abrir e de impedir que aquilo abrisse.

Depois podemos ver mais algumas fotografias: aqui os célebres postes, o trânsito... isto é o que diariamente acontece à hora de menor tráfego (estas fotografias foram tiradas por volta das dezasseis horas da tarde), menor tráfego, porque a hora de maior tráfego será a seguir ao almoço e ao final da manhã.

Depois, podemos ver aqui aquilo que eu lhe perguntei. Nesta fotografia, podemos observar um exemplo dos tais Mupis — uma localização não autorizada pela Câmara de Aveiro. O Senhor pediu um exemplo; tem aqui um exemplo. Quer mais fotografias? Eu tiro-lhe mais exemplos e trago mais. Não trouxe mais porque não quis ser maçador. Mas está aqui um exemplo: passe a publicidade, isto é a rotunda de acesso a Taboeira ou da Auto Vístula. Isto é uma localização não autorizada pela Câmara de Aveiro. Pergunto: qual a coima a que a empresa esteve sujeita? Zero, se calhar!

Já se chama a esta obra viária “de altíssimo relevo e de projecção de futuro da zona industrial” não uma rede viária, não uma estrada — mas uma canalização. O Senhor Presidente compreenderá porquê. É que com duplo traço contínuo que impede o acesso dos camiões pesados às fábricas e que impede também a inversão de marcha e com a proibição do estacionamento desta canalização, o Senhor está mesmo a ver onde é que os mais

necessitados estacionarão? Nos cerca de 950 lugares de estacionamento gratuitos que um investidor efectivamente lhes põe à disposição dos munícipes aqui perto. Isto é claro, límpido e transparente. É preciso que a Câmara, pare com esta situação de uma vez por todas, nomeadamente a situação gravíssima da invasão de propriedade privada. É preciso que a Câmara não se deixe apanhar por estas situações, que tenha conhecimento, que fiscalize e que ande em cima de coisas como estas.

E uma coisa lhe digo Senhor Presidente: o Senhor denota claramente o problema que a “esquerda” (e tiro a chapelada a alguma esquerda, não à Nobel esquerda, à esquerda esquerda), que a esquerda tem em lidar com o capital. Isto é o velho problema da esquerda em lidar com o dinheiro. O valor do dinheiro não se sobrepõe, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa e Caros Colegas, certamente à autoridade do Estado e à vigência do estado de direito. E, claramente, a esquerda ao longo dos anos neste país, sempre deu sinal de não conseguir fazer com que o estado de direito (porque isso é uma circunstância da esquerda, é genético), fazer com que o estado de direito se sobrepusesse ao valor.

Portanto Senhor Presidente, rapidamente e em força, como se diria noutros tempos, para a Zona Industrial de Taboeira impedir que esta situação prolifere. Faça jurisprudência como eu disse há pouco e não seja um mau exemplo para o resto do concelho. A Câmara tem obrigação de parar com estas coisas. A Câmara tem a obrigação de ser vista com uma pessoa de bem. E o Senhor Presidente já tem em sua posse pelo menos cinco cartas de empresários. E portanto o Senhor Presidente diga a esta Assembleia o que pretende fazer para de uma vez por todas parar com isto.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Carvalho (PS)

B

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

(Entrou na sala o Vogal Liz Miguel Marques Silva)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção:

“A minha preocupação primeira, foi sempre na política com as pessoas. A sua situação, os seus direitos a sua incapacidade para se defenderem, as suas necessidades de defesa, mas hoje eu penso que as pessoas não podem estar desenraizadas do meio ambiente e sobre tudo têm que aprender a respeitar o património construído. A construção em Aveiro de muitas infra-estruturas novas, algumas que eu considero de utilidade e sobretudo de oportunidade duvidosa, aliás tive ocasião de muitas vezes chamar à atenção do Senhor Presidente da Câmara para isso, leva-me a centrar a minha intervenção na recuperação do património construído. Estou com grande preocupação a ver muitas casas antigas de Aveiro, muitos edifícios que merecem pela sua arquitectura, para sua tradição, pela sua história, merecem uma cuidada recuperação, e que estão progressivamente a degradar-se e a chegar a um estado que não vai ser possível a sua recuperação. Penso que a Câmara tem obrigação de não se preocupar apenas com as construções novas, como por exemplo, o pavilhão Multiusos de que eu discordo – não há necessidade de haver um pavilhão Multiusos nesta fase, quando pode no Estádio Municipal, no estádio novo que vai ser construído, fazerem-se adaptações ou coberturas que venham a permitir uma grande peleia de eventos, não pode esquecer-se da recuperação do património construído no concelho de Aveiro. Porque senão chegaremos a um extremo que Aveiro deixa de ter história; tudo o que é construção antiga, fachada bonita, acaba por ser destruído, deixa-se cair, que é para depois construírem em altura para conseguir dinheiro.

Eu penso que isso é uma política absolutamente errada, uma política que tem que ser contrariada, que tem que ser denunciada e dou agora dois exemplos: a Casa de Major Pessoa – sei que houve negociações, mas a Casa de Major Pessoa está num estado avançado de degradação. É a casa mais emblemática da Arte Nova em Aveiro e talvez em muitos sítios do país, não sei se haverá outra que se lhe possa comparar. Ela está num estado de degradação avançado, não sei como vai ser possível fazer a sua recuperação. Vejo os turistas que têm um certo nível cultural fazerem comentários de desagrado, de perplexidade, de tristeza por ver um edifício daqueles no estado em que está.

Outra situação que também já alertei a Câmara – a chamada Casa da Carvoeira, em Esgueira, a que o Senhor Presidente se refere na sua intervenção como Centro Cultural de Esgueira. Tem apenas a fachada principal, que está segura por umas estruturas metálicas; diz que foi rescisão do contrato com o empreiteiro, já foi aqui referido e comentado, não vou repetir o comentário, mas quero só chamar à atenção para o facto de na legislatura anterior, em que eu estive no Executivo Municipal, muitas vezes houve anulações de concursos. Eu chamei à atenção, que anulações de concursos esporádicas não têm significado, mas sistemáticas anulações de concurso quer dizer que o concurso não foi bem realizado, que o processo não foi organizado e isso causa enormes prejuízos. Não só prejuízos de carácter económico, prejuízos financeiros, prejuízos nas recuperações e eu penso que é as mesmas situações que estão a acontecer com as rescisões dos contratos, porque realmente já são rescisões a mais: Teatro Aveirense, Casa da Carvoeira, o parque de estacionamento ao frente ao Governo Civil, o Centro de Saúde Santa Joana — só para indicar meia dúzia deles.

Penso que tem que haver cuidado, quem está a gerir uma autarquia tem muitas responsabilidades, não é lugar que se inveje (eu reconheço isso), mas tem que se rodear de pessoas que sejam suficientemente competentes para que não haja sistematicamente anulações de concursos e rescisões de contratos; aliás chegou-se a falar, há países que têm uma legislação quanto aos concursos que proíbem a atribuição da obra ao concursante que apresente preço mais elevado ou preço mais baixo. Porque pensam que o que apresenta preço mais elevado está a explorar e o que apresenta preço mais baixo não tem capacidade para executar a obra. Não digo que isso possa ser feito assim, aliás as leis não são feitas pela autarquia, mas queria realmente que ficasse aqui claro que não se pode continuar com uma certa – não queria dizer incompetência que é uma palavra um bocado forte – uma certa ligeireza e uma certa falta de preparação nos processamentos dos concursos e dos contratos com os empreiteiros; porque acaba por haver sempre um grande prejuízo para a autarquia e havendo para a autarquia há para os municípios.

Disse que não falava das pessoas, mas vou agora terminar a minha intervenção falando de duas situações. A primeira é que, se está a fazer circulação e corridas de bicicletas no túnel da Sé. Garotos de treze, quatorze, quinze anos, fazem corridas de bicicleta no túnel da Sé. Quando vamos a conduzir têm-se a preocupação de não lhes tocar porque realmente é uma situação... eles não têm faixa ciclável... Claro que o Presidente da Câmara não pode estar a verificar se há meninos a fazer corridas no túnel da Sé. Mas tem que saber que isso acontece e tem que falar a quem de direito para que isso não volte a acontecer. Porque podemos ter uma infelicidade e matar alguém ali no túnel da Sé. Aliás, como aparte, túnel da Sé com o qual eu discordo sempre, porque acho que estragou a Avenida da Sé e prejudicou património construído: prejudicou o Museu e prejudicou a Sé, com aquele túnel ali espetado em frente aos dois monumentos nacionais.

Para terminar. Queria saudar a vice-campeã mundial de Cacia: por ser vice-campeã e por ser mulher. Porque realmente é com alegria que vejo mulheres atingirem esses lugares também no desporto, não só noutras actividades”.

Presidente da Mesa
Vogal Diamantino Jorge (PPD/PSD)
Vogal Mário Pinto (PS)

Da Câmara Municipal:

c

Presidente da Câmara

“Foram muitas as questões e observações e eu vou tentar de facto esclarece-las e contrariar algumas opiniões que foram aqui expressas como sendo factos.

Em primeiro lugar, sobre o regulamento de taxas e licenças: não faria sentido Dr. Santos Costa, neste momento, trazer aqui uma nota, um parágrafo, sobre o regulamento de taxas e licenças. Com o Senhor doutor bem sabe, como toda a Assembleia bem sabe, é compromisso desta Câmara periodicamente e tendencialmente no fim do primeiro trimestre da aplicação ou do primeiro semestre (mas vamos tentar que seja do primeiro trimestre da aplicação deste regulamento), trazer um relatório onde sejam inventariados os problemas surgidos, os ajustamentos que têm que ser introduzidos, os resultados práticos da sua aplicação.

Aproveito para dizer e contrariar, enfim não temos dados nenhuns neste momento, Sr. Diamantino Jorge, não há uma amostragem suficientemente significativa, sólida, que permita dizer que há qualquer diminuição no número das licenças passadas e que haja sobretudo alguma causa de relação efeito entre uma coisa e outra. Porque até pode ter havido um fenómeno de antecipação. Como durante meses se falou na entrada em vigor deste regulamento, pode ser que esse relatório venha a mostrar que houve alguma antecipação de algumas licenças com receio de que as taxas aumentassem muito.

A capacidade de endividamento. Uma vez mais Dr. Santos Costa, eu gostava que me fizesse chegar as suas contas, porque de facto continua a insistir que a capacidade de endividamento está absorvida em 40%. Para nós as nossas contas dão 30%. Como o próprio Dr. Santos Costa reconheceu, isso não é muito importante. Mas o que nos descansa a nós é que o Tribunal de Contas já visou o empréstimo com a capacidade de endividamento nos 30%. E portanto, ou nos enganámos todos e se enganou também o Tribunal de Contas; ou se enganou o Dr. Santos Costa — admito que todos nos tenhamos enganado e que o Senhor doutor tenha razão! Mas faça-nos por favor chegar as contas que fez, que é para nós podermos ficar todos descansados — não queremos ter dúvidas nessa matéria.

Eu próprio disse também na sessão anterior que o conjunto de medidas que tomámos e a contenção de despesas que estamos a levar a cabo nos levará provavelmente à apresentação de um orçamento rectificativo. E, portanto, quando me vêm dizer que estamos apenas a 15% da execução orçamental... para já esqueceu-se de comparar a taxa de execução real do orçamento do ano passado. Mas se tivesse feito esse parâmetro, essa comparação, verificaria que estamos muito próximo dos 50%. Ou seja, mesmo em situação de recessão nacional nós estaríamos muito próximo de 50% da taxa de execução real do ano passado, o que é fantástico neste contexto. Mas não o quero desiludir, provavelmente apresentaremos um orçamento rectificativo na baixa, como já tinha sido anunciado, não há nenhuma surpresa aí. Quanto ao passeio dos moliceiros e à dificuldade na legalização dos moliceiros e à relação com os operadores privados. Eu espero, francamente espero, que eu não tenha que vir a pedir desculpa aos aveirenses por esta Câmara – o Executivo anterior — e esta Câmara, terem feito um enorme esforço por preservar os barcos moliceiros! Eu espero que não acusem a Câmara de preservar os barcos moliceiros!? Porque foi isso que nós fizemos.

E temos muita pena, como imagina, que neste país um conjunto de burocracias e de pessoas que não têm, se calhar, a realidade do que é o nosso barco típico tradicional. Que como alguém recordava no outro dia carregava oitenta pessoas até ao “Sampaio” na Torreira. Nunca houve um acidente. Ninguém se lembra de um acidente por transporte de passageiros.

São obviamente barcos de trabalho, mas sempre transportaram pessoas quando isso foi necessário. Mas é verdade que temos que compreender as dificuldades que os responsáveis do Instituto Marítimo Portuário em Lisboa têm, porque não conhecem os barcos provavelmente. Não conhecem esta realidade e têm a preocupação da segurança. O nosso princípio foi sempre o seguinte: não transigimos com a desfiguração do moliceiro, é necessário manter a traça e as suas características originais. O Instituto Marítimo Portuário tem que ter flexibilidade para encontrar condições de segurança que sejam compatíveis com as características dos nossos barcos. E portanto, eu gostava de sentir alguma solidariedade da parte das bancadas neste desapontamento que o Instituto Marítimo Portuário está a provocar na possibilidade das associações utilizarem os barcos moliceiros e não o contrário; porque a Câmara tem feito tudo...”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

“Eu estou desde já nessa matéria com o Senhor Presidente...”

Presidente da Câmara

“Ótimo. É isso mesmo que é importante, nós fazermos passar para Lisboa...”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Foi isso que se perguntou? Pergunte ao Senhor Vereador se não emprestou os moliceiros?”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Eu já vou lá. Como dissemos aqui logo que começaram a falar nesse assunto, nenhum dos vereadores autorizou a utilização gratuita dos moliceiros. E ao que pudemos apurar agora, nem na TransRia, nem na Câmara e ao que pudemos apurar, essa utilização foi paga. É a informação que tenho. Em todo o caso é esse o princípio e é a informação que tenho.

Mas as notícias que temos são boas, ontem mesmo houve uma reunião em Lisboa de trabalho entre a Associação dos Amigos do Barco Moliceiro, um representante da Câmara e o Instituto Marítimo Portuário; esperamos que muito rapidamente este assunto seja encerrado. Em todo o caso a cedência dos moliceiros às associações, nos protocolos que foram assinados, não está previsto e não está autorizada a concorrência a operadores privados. Evidentemente que não. E isso está salvaguardado e portanto estaremos atentos. Queremos que os operadores privados desempenhem a sua função, contribuam para a promoção turística da nossa região. Os barcos moliceiros têm outras funções sociais de preservação do património, de lazer, não para fazer concorrência aos operadores privados.

Quanto às BUGAS. Sr. Dr. Jorge Nascimento. Eu também tenho muita pena porque deve ser dos últimos aveirenses que continua a criticar e a atacar uma das formas de mobilidade urbana que mais fez Aveiro – nos últimos tempos, ser conhecido no país: pela sua modernidade, por um conceito novo de sentir e de viver a cidade. É evidente que há ajustamentos a fazer, que há aperfeiçoamentos que têm que ser introduzidos, mas foi um sucesso e vamos reforçar esse sucesso criando condições para que todos possamos ter acesso a uma BUGA. E fique descansado Sr. Dr. Jorge Nascimento, a ideia de base do sistema sempre foi auto-sustentabilidade financeira do sistema das BUGAS, a publicidade angariada pelas BUGAS em principio será suficiente para pagar a reparação, para pagar a substituição das BUGAS que são extraviadas e para manter um bom nível de oferta do serviço. É desse ponto de vista até um sistema que é perfeito na sua concepção porque cedemos gratuitamente e não temos custo com essa cedência.

Mecenato para as Marinhas. É uma ideia muito original e na altura tirámos e tiro o meu chapéu ao PCP. É uma ideia muito original. Seria bom que as nossas empresas da região se entusiasmassem com isso. Mas como o Senhor deputado bem frisou, é necessário e estão aqui representantes de todas as forças políticas, é necessário uma alteração legislativa que permita que o mecenato seja estendido a este tipo de actividades. E portanto se quiserem passar a mensagem aos respectivos deputados na Assembleia da República para que isto possa ser possível – formidável. Acho que é uma forma muito interessante de poder canalizar algumas verbas para a recuperação das nossas marinhas.

Os resultados do inquérito que foi feito à mortandade dos peixes na Pateira de Taboeira. Nós acompanhámos o processo, enviámos os nossos técnicos do ambiente, sabemos que foram feitas as análises, não temos ainda resultados e estamos à espera de um relatório final sobre esta matéria.

Mercado Abastecedor. O que foi abordado na última reunião e tratado na reunião de Câmara, foi de facto uma localização provisória por força do estaleiro das obras da nova Estação de Aveiro e do desnivelamento da Avenida Dr. Lourenço Peixinho sob a Estação. Isso implica retirar o Mercado Abastecedor, todos conhecem as condições sofríveis em que ele funciona neste momento. Foi possível encontrar pavilhões de boa qualidade que vão poder acolher os operadores do Mercado Abastecedor e permitir-lhes boas condições de trabalho, melhores do que as que têm actualmente. Em termos de planeamento a localização definitiva está a ser estudada, temos algumas reservas feitas, não têm sido divulgadas porque ainda não são opções definitivas e seria imprudente, como imaginam, neste momento estar a publicitá-las antes do tempo. Mas em todo o caso o que é público é que a Câmara tem abertura e interesse em que o Mercado Abastecedor possa ser desenvolvido, construído, explorado, através de uma parceria entre a Câmara e entidades privadas. A Câmara não tem vocação para gerir mercados abastecedores, julgamos que devem ser as pessoas especialistas e as pessoas da área a fazê-lo e é isso que está na forja, uma candidatura conjunta entre parceiros privados e a Câmara Municipal para obter financiamentos para a construção do Mercado Abastecedor definitivo e construído de raiz.

Sobre a manutenção dos relvados. Eu partilho as suas preocupações. E devo dizer que nós quando iniciámos este projecto do arrelvamento dos campos as relvas sintéticas eram ainda muito caras – e são ainda caras. E portanto, o princípio sempre foi o seguinte: a Câmara investe naquilo que é pesado, nas obras do relvado, balneários e iluminação, e a Junta de Freguesia e o clube respectivo asseguram a manutenção. Nós pensamos que este é um bom princípio. Pensamos que ou o país, ou o município de Aveiro, ou os clubes e as Juntas respectivas, têm de facto capacidade entre si para cortarem o relvado e mantê-lo ou então andamos todos a enganarmo-nos uns aos outros e não há de facto vitalidade e capacidade económica para andarmos a desenvolver os projectos desportivos que andamos a sustentar. É uma ilusão! Quando uma Junta de Freguesia, com um Clube, não consegue ter meios para cortar a relva, de facto algo vai mal e há uma ilusão, andamos a viver acima das nossas capacidades. Portanto, o princípio foi este: a Câmara está disposta (já conversámos isto) a fazer mais um esforço inicial que é o de adquirir a máquina de cortar relva, agora um funcionário e o corte da relva e manutenção da relva, julgamos que entre a junta e o clube tem que haver essa capacidade, sob pena de facto de não fazer muito sentido ou haver aí alguma coisa que está subavaliada no caso desportivo em concreto.

Mas a questão das relvas sintéticas é o futuro. E se de facto se confirmar o que já se advinha que é um aumento da qualidade da relva sintética, que a torna quase idêntica às relvas naturais, com a correspondente diminuição dos preços, certamente que será esse o futuro e nós estamos muito atentos a isso; é provável que um dos próximos campos – se se confirmar esta baixa dos preços, possa vir a ter relva sintética.

Sobre a ECOP e sobre a capacidade financeira das empresas, Sr. Dr. Jorge Nascimento, deixe-me retribuir o piropo... Antes da crise da ECOP, a ECOP era uma das grandes empresas nacionais de construção civil; com uma carteira de encomendas por todo o país. Senhor doutor, pronto! Mas de facto nós temos que confiar nos nossos técnicos que analisam, temos que confiar nos dados do mercado e no concurso público (e estamos a falar de dois concursos públicos) a ECOP dava todas as garantias — como deu a dezenas de Câmaras e de empresas neste país, de que levaria a obra até ao fim. E como se sabe, foram factores externos à Câmara e próprios da ECOP, que trouxeram este atraso na obra — abandono da obra e a necessidade da Câmara rescindir os contratos. Felizmente as coisas estão a ser encaminhadas, vamos abrir concurso público para a conclusão do Teatro Aveirense e andam já a trabalhar há alguns dias na obra do parque de estacionamento; deve ficar betonada nos próximos dias e são as notícias que eu gostava de dar sobre isso.

Sobre a segurança também é um papão que gostamos de agitar. E o Sr. Dr. Jorge Nascimento, não sei se esteve, se calhar estava distraído quando eu falei na última Assembleia Municipal. Porque eu referi o que se passou no Conselho Municipal de Segurança, que é uma instância que reúne todas as entidades que interferem directa ou indirectamente na nossa segurança (quer na prevenção quer na repressão), e os dados que ali foram trazidos não apontam de modo nenhum para uma situação de alarmismo. Temos certamente insuficiência... Eu nunca disse que não era nada com a Câmara. A Câmara tem óbvias responsabilidades nesta matéria, mas infelizmente os recursos são escassos. Felizmente nós não temos muita criminalidade e portanto, no quadro nacional em que há uma escassez de recursos para as forças de segurança, como digo e contra o nosso gosto, Aveiro fica a perder porque tem taxas de criminalidade que são baixas em relação ao geral nacional.

A escola das Barrocas, é outro mau exemplo. Porque a pré-primária da escola das Barrocas está adjudicada. Enfim, não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo como aqui foi referido. É verdade, fazemos muita coisa, mas não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. E vai aparecer a pré-primária das Barrocas, bem como os arruamentos envolventes que ainda não estão concluídos.

O Mercado Manuel Firmino e o paralelo que foi feito com o Mercado do Peixe. O Deputado Diogo Machado utilizou uma figura interessante, mas utilizou-a erradamente. Não podemos dizer pura e simplesmente: “para casos iguais soluções iguais”; justamente porque os casos não são iguais. Como todos perceberão é muito diferente colocar bancas, as mesmas bancas mudá-las de um lado para o outro, não tem nada a ver esta simplicidade — se me permitem — com pegar em lojas e mudá-las para outro sítio. São estruturas muito mais complexas e portanto, nós temos pedida e julgo que marcada para amanhã uma reunião com alguns representantes dos senhores lojistas do Mercado Manuel Firmino (Você já sabe a minha agenda, já sabe o meu correio, eu de facto começo a suspeitar que tem lá escutas no meu gabinete, porque de facto é formidável... até já sabe que se calhar amanhã não tenho uma reunião que eu pedi que houvesse... É formidável!) Mas em todo caso o que tentei e faço questão de manter é que o mais cedo possível — penso que amanhã — que haverá uma reunião com os representantes dos lojistas, julgo que alguns estão aqui presentes, para em conjunto tentarmos avaliar as necessidades, as possibilidades de assegurarmos uma transição com o menor prejuízo para todos. Temos todos interesse em que este processo da reabilitação do Mercado Manuel Firmino seja um sucesso e que as pessoas sejam as menos afectadas possíveis. Sendo certo que sempre terão que ser afectadas porque as obras têm que ser feitas e isso é para o bem de todos. Vamos pensar em conjunto qual é a solução que vamos encontrar.

Bom, depois a intervenção sobre o aumento da água. O Senhor Deputado Diogo Machado de facto é muito veemente nas afirmações, mas devia também ser um bocadinho mais consistente no conteúdo. Devia ter chamado à atenção de todas as pessoas para quem chamou à atenção que aumentámos a água em 2%, que a inflação nesse ano foi dois virgula tal por cento. Ou seja, a água até baixou de preço! É só fazer as contas. Mas esqueceu-se desse pequeno pormenor. Portanto procedemos apenas a um aumento, a um ajustamento do preço da água em função da inflação. Se a inflação é mais alta que o valor que nós ajustámos a água – a água até sai mais barata. Enfim, mas isso são pormenores que escaparam, mas que eu já agora faço questão de sublinhar.

Bem, e quanto ao “Retail Park”. Eu gostei muito da projecção (sinceramente aconselho a mudar de fotógrafo, porque as fotografias eram de muito má qualidade, não conseguem mostrar estradas direitas, rotundas redondas. Aparece tudo enviesado – eu suponho que o problema é mesmo do fotógrafo. Agora, não tem jeito para a fotografia, tem jeito para fiscal! E isso de facto garanto-lhe que nos pode dar lá uma grande ajuda, porque nós temos poucos meios para essa matéria. E falando sério e não me leva a sério certamente a ironia porque também brincou com o assunto, e gostava de dizer o seguinte – falando sério: nós estamos de facto num estado de direito e fazemos questão que seja um município de direito e por isso mesmo, é que demos os passos necessários para que Aveiro pudesse beneficiar de um conjunto de melhorias e de qualificação da rede viária da nossa zona industrial, que vai ficar aos olhos de todos. Andámos anos a queixarmo-nos da qualidade dos nossos arruamentos na zona industrial, agora no momento em que a Câmara consegue encontrar condições legais e previstas na lei, para que as estradas deixem de ter apenas duas faixas e passem a ter quatro – o que pelos vistos é mais difícil para os camiões manobramem. Quer dizer, quando tinha duas faixas os camiões manobravam com mais facilidade do que agora.

Olhe, isto foi uma reportagem antes do tempo, porque devia ter feito a reportagem depois das obras concluídas. Porque quando as obras estiverem concluídas vai ver que há passeios, vai ver que há marcações. A rede viária vai ser qualificada como está a ser, vai ficar de grande qualidade, com passeios, com estacionamento, com sentidos únicos, porque como imaginam um camião daqueles não pode andar ali às voltas numa estrada de grande movimento (e há as rotundas para as voltas se fazerem), com a sinalética horizontal que vai ser e que é estudada e imposta pela Câmara.

Outra coisa (e não quero iludir a questão), e essa sim, chegou-me uma carta. É o que terá sido um comportamento violador da lei – eu sou o primeiro a dizê-lo. Porque aparentemente há ali alguém que se queixa que as máquinas entraram na propriedade de uma pessoa sem a sua autorização. Agora a Câmara não tem nada a ver com isso e nem cauciona, nem autoriza, violações de propriedade privada. A Câmara aprova um protocolo de reforço de infra-estruturas que está previsto na lei para casos destes e se o investidor desrespeita a propriedade privada – não sei porquê, mas objectivamente desrespeitou segundo os dados que me chegaram, aí não tenha dúvidas, que eu sou o primeiro a dizê-lo e a dizer que os Tribunais estão aí para que o problema seja resolvido. E portanto, nessa matéria que não haja dúvidas. Eu só tenho que me congratular neste momento e sobretudo depois da obra chegar ao fim, com as melhorias que conseguimos trazer para Aveiro e que vão proporcionar que finalmente nós tenhamos a zona industrial de Taboeira quase de uma ponta a outra com saneamento, passeios, pavimentos, zonas ajardinadas, que façam da zona industrial uma zona dos nossos tempos, como existem por este país fora.

Multiusos, Dr. Manuel Coimbra. Não pode dizer isso assim com essa facilidade. Como o Senhor Professor bem compreende, nós na reunião de Câmara falámos do Multiusos. E as sessões são públicas e os Senhores jornalistas estão presentes e ouvem o que se passa na Câmara. É natural, acontece, não tem nenhuma desconsideração para com esta Assembleia o

facto da notícia ter chegado primeiro aos jornais. É assim mesmo, e sabe que é assim mesmo. É um assunto que foi tratado em reunião de Câmara no uso da sua competência e que aliás já tinha vindo aqui várias vezes, mas que passou para os jornais no contexto de uma reunião pública ou de um acesso às actas que qualquer um dos Senhores deputados tem e, portanto, não implicou de modo nenhum nenhuma desconsideração para com a Assembleia Municipal. Também acho que foram muito maus os exemplos que deu sobre os nossos êxitos desportivos e sobre a relação que a Câmara tenha ou não tenha com isso. O meu intuito não foi vangloriar-me e ter louros pelos êxitos produtivos dos nossos clubes. Foi enquanto representante do município, fazê-lo. Acho que devemos registá-lo e ao contrário dos casos infelizes que citou, de facto a Câmara apoiou e muito esses clubes todos. Provavelmente não há nenhuma relação directa entre o apoio que a Câmara deu e a performance desportiva dos nossos atletas, mas por acaso os exemplos que deu foram infelizes.

O S. Bernardo, teve sempre os apoios em dia; sempre. O Beira-Mar tinha os maiores apoios de todos os clubes. O Esgueira teve apoios muito importantes; o Galitos idem idem, aspas aspas. E penitencio-me, fi-lo logo de entrada em relação aos outros pequenos clubes, mas não menos merecedores e aos êxitos individuais. Enfim, se me permite Senhor Presidente da Junta, eu quis deixar de fora os campeões mundiais e só falei nos títulos nacionais, mas é evidente que é uma alegria que vale a pena registarmos enquanto comunidade.

Centro de Saúde de Esgueira e Unidade de Saúde de Santa Joana. Aí está um exemplo de uma obra que não nos correu bem. Mas de facto foi ainda em nome do interesse público e da urgência, que a obra da Unidade de Saúde de Santa Joana – uma urgência que sentimos todos ainda hoje, que nós em reunião de Câmara assumimos o risco de adjudicar uma obra que sabíamos provavelmente não poder ter o visto do Tribunal de Contas dada a nova interpretação que o Tribunal de Contas fazia sobre a percentagem dos limites, que iriam ser ultrapassados. E portanto corremos esse risco na perspectiva que o Tribunal de Contas tivesse uma perspectiva na defesa do interesse publico das pessoas que ao terem a Unidade de Saúde em funcionamento quanto antes e não uma perspectiva tão financeira de censurar o sobre-custo em relação à estimativa inicial de obra. Enfim, são riscos, mas foi em nome do interesse público que o fizemos e já está em curso o novo concurso público para a conclusão da obra.

Centro de Saúde de Esgueira. Já aqui falámos, não vou tornar a falar, penso que tenho que seleccionar aqui algumas questões.

IC 1. Eu devo dizer-lhe que mais do que estar preocupado com as medidas preventivas, eu estou preocupado é com a execução da obra. Porque nós andamos a ouvir falar da execução do IC 1 há anos. E sobretudo nesta zona, entre Aveiro, IP 5 até Angeja e até Mira, nunca houve dúvidas – enfim foram ultrapassadas as que existiram numa fase inicial, nunca houve dúvidas quanto ao traçado ou seja, a obra está adjudicada e podia estar em curso neste momento e como sabe só está o nó do estádio em curso. E isto é um atraso que julgo que nenhum dos grupos parlamentares em Aveiro se pode calar. Eu não me calei enquanto o Governo foi do PS, acho que o PSD e o PP não se devem calar sendo o Governo da sua sensibilidade, porque é o interesse de toda a Região que está em causa e é lamentável que por exemplo corramos o risco - como se corre neste momento, de chegar ao Euro 2004 sem ter o IC 1 feito. É uma catástrofe! Temos o IP 5 em obras, no Verão, com os turistas, com os emigrantes e com dezenas ou centenas de milhar de espanhóis a entrarem pelo IP 5 em obras e sem o IC 1! Isto é uma catástrofe. É uma imagem de Portugal que é péssima. E por isso se puderem passar a mensagem, todos, de que nós estamos absolutamente insatisfeitos com a inexecução e o atraso nestas duas obras, acho que todos nos devemos unir nesse sentido porque são obras que são consensuais.

O património edificado. Bem então Sr.^a Dr.^a Maria Antónia, eu aí queria dizer-lhe o seguinte, com toda a consideração: nós temos tido uma atitude muito atenta à preservação do património. Há um caso ou outro, como haverá sempre tantas centenas para lidar em que não conseguimos atingir os nossos objectivos, mas deixe-me só aqui de repente, eu tomei aqui nota de alguns. Olhe: recuperação da Capitania – fizemos questão em recuperá-la; Escola do Adro – fizemos questão em recuperá-la; Major Pessoa – adquirimos a Casa Major Pessoa e temos o projecto de arquitectura para começar a recuperação; a Casa da Carvoeira – começou a obra e tem que se concluir; a Casa das Quatro Estações – está preservado o património das Quatro Estações; o Teatro Aveirense está a ser preservado; o Mercado do Peixe vai ser preservado; o Mercado Manuel Firmino vai ser preservado. Tudo isto é património! O edifício da antiga Lota vai ser preservado; a Capela das Barrocas; as Carmelitas; o Arquivo Distrital. Tudo são exemplos de património assim de repente e de uma forma solta. O Túnel da Sé é um exemplo de cuidado com património que está à superfície. E se se recorda quando estive no Executivo anterior, nós a certa altura alterámos o projecto para que nenhum buraco, nenhuma parte do túnel a descoberto, ficasse entre o Museu e a Sé – como estava no projecto inicial – a bem da defesa do património construído em cima.

Depois, finalmente Requeixo. Eu tenho muito consideração e respeito pelo Sr. Presidente da Junta de Requeixo e ouvi as suas preocupações. E deixe-me dizer em primeiro lugar que boatos são boatos, nós não vamos encerrar nenhuma escola no Carregal. Não vamos, como se sabe e isso pode estar associado à notícia que ainda hoje ouvi no telejornal e que nos leva a pensar a todos que vão ser encerradas 25% das escolas primárias no país – aquelas que têm menos de dez alunos, não é o caso do concelho de Aveiro. Julgo que só teremos no concelho de Aveiro um caso. Portanto julgo que não haverá problemas em Aveiro. Mas boatos são boatos. Nós não faremos isso. O que estamos a fazer é a carta escolar, que é um instrumento fundamental para percebermos como é que estamos a gerir os nossos recursos públicos, se de facto não temos escolas próximas de outras, se não deveremos fazer algum esforço de racionalização aí, mas não podemos fazer de forma automática. Como há pouco ouvi na reportagem e sabiamente, fechar escolas não é só somar e subtrair alunos, fechar e estão os problemas resolvidos. Há escolas com seis ou sete alunos que nas zonas mais montanhosas em épocas de neve e de frio, pura e simplesmente não vão a outra escola porque não saem de casa e não fazem os percursos a pé. E portanto, há aqui questões sociais que também têm que ser ponderadas, não pode haver uma perspectiva meramente economicista da qual também não se pode totalmente abstrair.

Mas queria dizer-lhe o seguinte: nunca se fez tanto em Requeixo, Senhor Presidente, nos últimos anos. Nunca! As pessoas que não vão lá e que não são de lá não sabem, mas quem é de lá sabe isso. O caso do Museu de Requeixo – olhe é um bom exemplo. Como sabe o Museu de Requeixo tem de sair da casa onde está porque o proprietário quer a casa de volta e a Câmara investiu quinze mil contos na aquisição de uma outra casa para o Museu poder ter continuidade. Ainda não está o Museu feito é evidente, mas já temos casa e lá chegaremos. Já se falou aqui no saneamento que chegou a Requeixo; deixe-me lembrar a iluminação pública; deixe-me lembrar a sede da Associação Desportiva de Requeixo, deixe-me lembrar o dique que era uma obra há tanto tempo desejada pelas populações; deixe-me lembrar as obras na capela; deixe-me lembrar a ampliação da escola e o refeitório...”

Vogal Diamantino Jorge (PPD/PSD):

“Que não funciona Senhor Presidente!”

Presidente da Câmara:

“Se não funciona, está a dizer Senhor Presidente que ele não funciona. Faça-nos saber, porque o dinheiro foi investido para que ele funcione. Deixe-me lembrar as obras na estrada principal de Requeixo, deixe-me lembrar a ligação de Requeixo a Oliveirinha e deixe-me lembrar finalmente, a propósito da Pateira e para terminar, que foi por minha directa iniciativa – eu sou modesto mas esta ninguém ma tira – foi por minha iniciativa directa que se conseguiu que o anterior Governo reservasse e incumbisse a SIMRIA de recuperar a Pateira de Fermentelos, com um montante salvo erro de 5 milhões de contos. Esperemos que esse dinheiro não voe e que não se tenha perdido mais uma oportunidade. Mas fiz o que estava ao meu alcance para que o Governo assumisse as suas responsabilidades nessa matéria. Como sabe a Pateira geograficamente pertence a três municípios, não é jurisdição da Câmara de Aveiro é do INAG e nós só podemos fazer a pressão política que fizemos e no meu caso, fi-la como nunca ninguém tinha feito para obter resultados que nunca tinham sido alcançados. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção:

“Começamos a habituar-nos Senhor Presidente (e muito obrigado por me conceder este tempo), a um discurso do Senhor Presidente de Câmara, que tem vindo gradualmente a ganhar confiança, dizendo e respondendo sistematicamente a qualquer questão que se coloque nesta Assembleia, que ou são momentos infelizes, que ou são mal esgalhadas as questões, ou são mal apanhadas ou não têm razão ou voltaram a ser infelizes, ou como hoje ainda ouvimos em relação a uma intervenção minha, que é “um disparate”. Bom, em primeiro lugar dizer a esta Assembleia e ao Senhor Presidente da Mesa – que muito estimo e prezo, que não admito ao Senhor Presidente da Câmara lições de consequência e de responsabilidade política. Não admito! O Senhor tem as suas responsabilidades, o Senhor tem que ser consequente naquilo que faz, da mesma forma que nós com outras responsabilidades temos que ser consequentes naquilo que fazemos e dizemos. E estamos a sê-lo. E portanto o Senhor, cada macaco no seu galho; eu como macaco que sou reservo-me ao meu galho e o Senhor trate do seu que não tem sabido tratar até hoje – pelo menos consequentemente.

Em segundo lugar, para dizer o seguinte: da mesma forma que fácil e simplesmente o Senhor Presidente da Câmara, classifica e qualifica as intervenções dos deputados municipais desta Assembleia, da mesma forma fácil e transparente devia assumir quando não diz a verdade. Porque a mim acusa-me de dizer disparates, e eu não vou acusar o Senhor Presidente de não dizer a verdade a esta Assembleia. Espero que um dia o Senhor Presidente assuma. Estrategicamente ou não, o vereador colocado à sua esquerda – bem sei que vem se calhar ainda mais à esquerda que o Senhor Presidente, retirou-se da sala – agora, é verdade ou é mentira que os moliceiros foram de borla? É verdade ou é mentira, que o Senhor Presidente não disse nesta sala, nunca – e já foi questionado mais do que uma vez, mais do que duas e mais do que três, qual foi o processo de contra-ordenação levantado ao Aveiro “Retail Park”? Não disse! É a terceira vez que não responde.

E agora para terminar, informo a Mesa e peço autorização de que vou fazer chegar um requerimento... antes dizia ainda: o Senhor Presidente disse, gracejando, que tomou a iniciativa de esquecer os campeões mundiais, eu corrigia: o Senhor Presidente atirou borda fora foi o campeonato mundial, mas isso é outra questão! E sobre essa já não há muita água a correr debaixo dessa ponte.

Dizia agora o seguinte: vamos fazer chegar à Mesa um requerimento que diz isto:

«A bancada do CDS/PP na Assembleia Municipal de Aveiro, vem por este meio solicitar à Mesa da Assembleia que faça chegar à Câmara a necessidade e a exigência desta bancada em ter à sua disposição até ao próximo dia 5 do corrente mês – próxima 6.ª feira – os seguintes elementos:

1. Processo de contra-ordenação, contra o Aveiro “Retail Park”, por abertura ao público sem o devido licenciamento;
2. Coima aplicada ao Aveiro “Retail Park”, por utilização indevida de localizações publicitárias não autorizadas pela Câmara Municipal de Aveiro;
3. Projecto de intervenção/remodelação da rede viária na Zona Industrial de Taboeira;
4. Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Aveiro e a CapitalInvest, para a construção do Aveiro “Retail Park”, em toda a sua extensão – rede viária inclusive».

Isto é o requerimento que nós vamos fazer chegar à Mesa e que gostaríamos de ver respondido até à próxima 6.ª feira. Obviamente que se a Câmara quiser responde, se não quiser não responde, tiraremos as devidas ilações políticas sobre isso.”

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa:

“Esse requerimento, será dado o imediato andamento e não faço a deselegância, até porque o Senhor Presidente está sozinho, de mandar entregar fotocópia à Câmara imediatamente. Portanto, seguirá com ofício. A Câmara tem 15 dias legais para o responder. Deferido o requerimento, oficie-se à Câmara”.

Vogal Maria António Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Santos Costa (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Gostava de colocar três questões. Uma delas prende-se com o problema que eu trouxe aqui pela omissão da tabela de taxas e licenças, da referência na intervenção do Senhor Presidente. Bom, o que eu pretendia dizer e ao mesmo tempo manifestar a minha preocupação, Senhor Presidente, é que o relatório urbanístico que veio a esta Assembleia pela chefe de divisão, já nessa altura apontava para um número bastante inferior de licenciamentos em relação a 2000. Com uma tabela de taxas que entrou em vigor, que tem uma diferença abismal e que já foi muito criticada aqui, e que foi aprovada nas condições em que foi aprovada, e no mínimo devia ser preocupação do Senhor Presidente, demonstrar que neste período, já são decorridos seis meses e três meses após a nova tabela de taxas e licenças, que o número de licenças passadas e a receita arrecadada, não é muito inferior a 2001 ou é muito inferior. Para que aqueles que efectivamente tiveram a obrigação de aprovar, tais tabelas de taxas e licenças, tenham consciência de que realmente aquilo pode não ser um elemento contributivo para o desenvolvimento de Aveiro, mas pelo contrário, e então há que alterar essa situação. A segunda questão, Senhor Presidente, quanto aos moliceiros e ao pedido de solidariedade. Senhor Presidente, conte com toda a minha solidariedade em relação à questão que tem com o Instituto Portuário, em conhecer os barcos moliceiros. Mas eu penso que não é preciso, porque o Instituto Portuário também licenciou moliceiros à outra empresa de que eu acusava o Senhor de fazer concorrência. Então eles conhecem os moliceiros para dar licença a uns, também devem conhecer os moliceiros para dar licença à Câmara.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“E a Câmara tem moliceiros licenciados para isso. A própria Câmara já tem moliceiros licenciados para isso?”

Vogal Santos Costa (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Quanto à capacidade de endividamento, eu agradecia ao Senhor Presidente que tomasse nota, para ver se não falamos mais nisto.

No mapa que o Senhor Presidente da Câmara entregou a esta Assembleia, refere aqui assim para o ano 2002, que as despesas do investimento do ano anterior são 31 milhões 49 mil 920 euros, ou seja, 6 milhões 224 mil 950 contos. Estes não são os números, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Deputados, que estão nas Contas de Gerência aprovadas aqui assim há muito pouco tempo. Os números que lá estão e é a Conta que conta, são 4 milhões 431 mil e cem contos, vezes 20% daria 886 mil 220 contos que era o serviço máximo de dívida. Ora bem, se o Senhor partir do princípio que este milhão 776 mil 816 euros, que é a dívida com a qual eu não concordo, porque penso que é maior; nós teríamos cerca de 39,2% da capacidade de endividamento utilizada, Senhor Presidente! Estas são as minhas contas e não pode haver outras. Porque não me venham com números, porque as transferências contam para a capacidade de endividamento, que não é verdade”.

Vogal Jorge Nascimento CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu tenho dúvidas sobre a intervenção do Senhor Presidente, e só pretendia sedimentar aquilo que eu já entendi e que é ideia que o Senhor Presidente nos traz em grande parte das suas intervenções e digo – infelizmente!

Se bem percebi, o Senhor Presidente diz que é legal isto das contrapartidas para os grandes empreendimentos, não interessa se aquele se outro, é o aqui falado. E o Senhor Presidente diz assim: “mas isto afinal não é nada conosco, quando se invade a propriedade privada”. Portanto o Senhor Presidente põe-se à margem dessa questão. Mas eu pergunto, e a dúvida é esta: pelo investidor privado ter essa obrigação, essa contrapartida de fazer as vias, e agora a questão concreta – o Senhor Presidente e a Câmara não conhecem qual é o traçado das vias de tal modo que permitam aquela rotunda que as imagens bem ostentaram? Que não é rotunda central, mas lateral de modo a conduzir as pessoas para o estabelecimento! Se o Senhor Presidente teve a exacta noção, se lhe fizeram ou não, se lhe apresentaram ou não, algum projecto em que pusessem a sinalética da via, com traçado continuo duplo ao longo de muitos metros de modo adequado e necessário a que as pessoas sejam conduzidas – se quiserem parar, para o estacionamento daquele parque?

Pergunto concretamente, tudo isto se passa como em muitas coisas, à revelia da Câmara? O Senhor Presidente responda”.

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Diamantino Jorge (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Gostaria só de prestar alguns esclarecimentos últimos.

Sobre a capacidade de endividamento, por favor faça-me chegar os elementos eu tenho todo o interesse em que isso seja clarificado, como imagina, e faremos o que for necessário se houver algum lapso.

Sobre o Centro de Saúde Esgueira, eu não queria estar aqui de facto a repetir o que já foi repetido, julgo que de uma forma exaustiva; os dados do problema, as opções da Câmara, as condicionantes, o que é que nós pensamos sobre este assunto. Mas tenho todo o gosto em repeti-lo numa frase: que continuamos a pensar que a melhor e a única disponível

implantação para o Centro de Saúde é numa parte do recreio da escola n.º 5. Sendo certo que com essa ocupação a escola n.º 5 continuará a ter um dos maiores espaços de recreio de todas as escolas do concelho, senão mesmo a maior. Mesmo assim, efectuei uma diligência junto do Seminário contíguo, no sentido de saber se haveria disponibilidade de através de uma cedência do terreno do jardim do Seminário, compensar – cedendo à escola a área de terreno que iria ser sacrificada; aliás não é sacrificada, é ocupada pelo Centro numa zona que já está ocupada pelo pavilhão.

Essa diligência foi feita, estamos à espera duma resposta. Mas para nós, perante o Ministério da Saúde a opção está clara, está tomada, foi explicada a todas as associações de pais, concelhos executivos, toda a gente quis falar connosco e penso que as pessoas estão de facto convencidas.

O Ministério da Saúde indicou-nos as áreas necessárias, foi feita a implementação no terreno e não há problema nenhum desse ponto de vista.

Portanto, penso que é um problema..., avance a obra, pela nossa parte está tudo resolvido e julgo que as pessoas estão convencidas desta vez que os nossos argumentos são bons e é uma mais-valia, uma necessidade para a Freguesia de Esgueira. É urgentíssima a realização daquele Centro de Saúde. Esperemos que a verba não seja cortada em PIDDAC, porque de facto seria uma pena e é uma necessidade muito grande.

Sobre Requeixo, eu certamente que agradeço as palavras do Senhor Presidente da Junta e todos os Senhores Presidentes de Junta nos ajudam na resolução dos problemas do município e é sempre com muito agrado que registamos os contributos muito válidos que dão para nos alertar para algumas situações que justamente por terem uma relação de maior proximidade com as suas comunidades, conhecem melhor do que nós e cumprimento-o por isso.

Finalmente, em relação ao requerimento que foi apresentado pelo Senhor Deputado Diogo Machado. Devo dizer que terei muito gosto logo que possível em fazer-lhe chegar o processo de contra-ordenação que já desencadeei, evidentemente; o projecto da rede viária que também existe; o protocolo que já foi apreciado e aprovado em reunião de Câmara; enfim, todas as informações que pediram.

E de resto, só para que não fique a ideia, não há contrapartidas, a terminologia à face da lei não é essa de contrapartidas. É de reforço de obras necessárias por reforço das infra-estruturas. Isso é uma possibilidade que está prevista na lei e mal estaria a gestão do município se não aproveitasse a oportunidade que a lei confere para introduzir melhorias significativas no município, independentemente de alguns incidentes que possa ter havido com a propriedade de terceiros; que naturalmente a Câmara nunca autorizou, nunca caucionará e sempre se oporá. Uma coisa é conhecermos o traçado, Sr. Dr. Jorge Nascimento, outra coisa é o promotor saber que para cumprir esse traçado tem que negociar com terceiros e não o ter feito, como o devia ter feito, no tempo em que o devia ter feito. Isso é uma responsabilidade que não é nossa, é de quem procedeu erradamente. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, então e o inventário?”

Presidente da Câmara

“Tem razão. Nós começámos a fazer o inventário do património edificado, julgo que chegou-se mesmo a publicar o da freguesia da Vera Cruz. É um trabalho que está em curso, tem a sua morosidade, mas é uma iniciativa que queremos levar até ao fim.”

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta segunda reunião da Sessão Ordinária de Junho, convocando a próxima reunião para o dia 05 de Julho de 2002 (sexta-feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 04 de Julho de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)